

TRANSVERSALIDADE NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA E SOCIOLOGIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA¹

TRANSVERSALITY IN THE HISTORY AND SOCIOLOGY CURRICULUM: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR ANTI-RACIST EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-039>

Matheus de Souza Rodrigues

Bolsista doutorando do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9889-0725>

RESUMO

A transversalidade no currículo escolar, especialmente no ensino das relações étnico-raciais, busca integrar temas como História e Cultura Afro-brasileira e Africana de forma contínua e multidisciplinar, abordando questões sociais, culturais e políticas em diversas disciplinas. Essa abordagem tem grande relevância para promover uma educação crítica, inclusiva e antirracista, ampliando a compreensão dos alunos sobre as desigualdades e as dinâmicas sociais. No entanto, a implementação dessa prática enfrenta desafios significativos, como a falta de formação específica dos professores, resistência social e escassez de recursos didáticos. A Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, representa um avanço, mas sua aplicação efetiva depende de superar esses obstáculos. A formação contínua dos educadores é essencial para garantir que os temas étnico-raciais sejam tratados de maneira adequada e eficaz nas escolas. Através de uma metodologia qualitativa, este estudo aborda como a transversalidade pode ser aplicada nas disciplinas escolares e discute os desafios que dificultam sua implementação, ressaltando a importância da capacitação dos professores para a construção de uma sociedade mais justa e antirracista.

Palavras-chave: Transversalidade; Educação Étnico-Racial; História; Sociologia; Formação de Professores.

ABSTRACT

Transversality in the school curriculum, especially in the teaching of ethnic-racial relations, seeks to integrate topics such as Afro-Brazilian and African History and Culture in a continuous and multidisciplinary manner, addressing social, cultural, and political issues in various disciplines. This

¹ Este artigo científico foi apresentado como requisito para a aprovação na disciplina de TCC de História.

approach is highly relevant for promoting critical, inclusive, and anti-racist education, broadening students' understanding of inequalities and social dynamics. However, the implementation of this practice faces significant challenges, such as the lack of specific training for teachers, social resistance, and a shortage of teaching resources. Law 10.639/03, which establishes the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, represents a step forward, but its effective application depends on overcoming these obstacles. The continuous training of educators is essential to ensure that ethnic-racial issues are addressed appropriately and effectively in schools. Using a qualitative methodology, this study addresses how transversality can be applied in school subjects and discusses the challenges that hinder its implementation, emphasizing the importance of teacher training for building a more just and anti-racist society.

Keywords: Transversality; Ethnic-Racial Education; History; Sociology; Teacher Training.

1 INTRODUÇÃO

A transversalidade no currículo escolar tem se consolidado como uma abordagem pedagógica fundamental para o tratamento de temas que, por sua complexidade e relevância social, não podem restringir-se a uma única disciplina. Entre esses temas, as relações étnico-raciais ocupam lugar central, uma vez que envolvem dimensões históricas, culturais, políticas e sociais que atravessam todo o conhecimento escolar. Integrar questões como a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana de maneira contínua e multidisciplinar – em disciplinas como História, Sociologia, Geografia e Língua Portuguesa – permite aos alunos uma compreensão mais crítica e contextualizada das desigualdades e dinâmicas que marcam a sociedade brasileira, como defendem Libâneo (2013), Saviani (2005) e Freire (1987).

No escopo da promulgação da Lei 10.639/03, esta representou um avanço significativo ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio. Contudo, a mera existência do dispositivo legal não garante sua efetivação. A implementação dessa política esbarra em obstáculos concretos: a resistência de setores conservadores, que enxergam a educação antirracista como uma agenda ideológica ou divisiva; a escassez de materiais didáticos adequados, que limitam o aprofundamento dos conteúdos; e, sobretudo, a precariedade da formação docente, que deixa os professores despreparados para abordar temas complexos como o racismo estrutural e as contribuições das culturas afro-brasileiras e africanas.

Diante desse cenário, a questão que orienta este artigo é: como a transversalidade no currículo escolar, especialmente no ensino das relações étnico-raciais em História e Sociologia, pode promover uma educação crítica e inclusiva, e quais são os principais desafios à sua implementação?

O objetivo geral é discutir a importância da transversalidade para a construção de uma educação antirracista, integrando questões sociais, culturais e políticas nas diversas disciplinas. Especificamente,

buscamos: a) analisar o conceito de transversalidade e sua aplicabilidade na integração de temas étnico-raciais em História e Sociologia; b) identificar os desafios à sua implementação – formação insuficiente dos professores, resistência social e escassez de recursos didáticos; c) examinar a contribuição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e da Lei 10.639/03 para a promoção de uma educação étnico-racial; e d) discutir a importância da formação de professores para a efetivação dessa abordagem, considerando as barreiras existentes e a necessidade de capacitação contínua.

A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise teórica, com levantamento de estudos anteriores e relatos de professores sobre as dificuldades no ensino das questões raciais. Por meio dessa abordagem, o artigo visa contribuir para o debate sobre as condições necessárias para que a transversalidade se efetive como prática cotidiana nas escolas, superando o caráter meramente prescritivo da legislação.

Com isso, a formação de professores – compreendida não como treinamento técnico, mas como processo de reflexão crítica e transformação pessoal – emerge como elemento central para que os educadores se tornem agentes de uma educação que reconheça a diversidade e combata ativamente o racismo estrutural.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TRANSVERSALIDADE NO CURRÍCULO

A transversalidade é um conceito central nas discussões pedagógicas contemporâneas e tem como base a ideia de que determinados temas, muitas vezes marginalizados ou tratados de forma isolada, devem ser abordados de maneira integrada e contínua ao longo de diversas disciplinas, proporcionando um aprendizado mais contextualizado e relevante. A transversalidade no currículo visa conectar diferentes áreas do conhecimento a partir de um tema comum, permitindo que os alunos estabeleçam relações entre os conteúdos e as realidades sociais, culturais e políticas em que estão inseridos. Para Libâneo (2013), a transversalidade é uma prática pedagógica que permite a integração de temas sociais e culturais, enriquecendo o currículo e tornando-o mais relevante para a formação crítica dos estudantes.

No contexto da educação para as relações étnico-raciais, a transversalidade assume um papel ainda mais importante, pois oferece uma abordagem interdisciplinar capaz de integrar o ensino de questões raciais em diferentes disciplinas, como História, Sociologia e Geografia. Isso garante que os estudantes possam compreender as dimensões sociais, históricas e culturais das relações étnico-raciais de forma ampla, sem reduzi-las a um único momento ou área do currículo escolar. Como Saviani (2005) sugere, a educação deve ser um processo dinâmico e interligado, onde os conteúdos se conectam de maneira a fornecer uma compreensão integral das questões sociais e culturais.

O conceito de transversalidade, portanto, não se limita a tratar de questões étnico-raciais de forma pontual, mas propõe que esses temas sejam parte integrante do processo de ensino-aprendizagem,

contribuindo para uma formação crítica e cidadã. Por sua vez, Freire (1987) defende, em seus trabalhos sobre educação crítica e libertadora, a ideia de que os conteúdos devem permitir conexões entre os conhecimentos e as realidades sociais dos alunos, favorecendo uma educação mais justa e igualitária. Essa abordagem vai ao encontro da ideia de integrar os temas raciais em várias disciplinas, de modo a fomentar uma compreensão mais ampla da sociedade e dos processos de discriminação racial.

Mais recentemente, Costa Neto (2021) também destaca a importância da educação para as relações étnico-raciais, argumentando que a transversalidade é uma ferramenta eficaz para desconstruir as narrativas históricas e culturais que perpetuam a marginalização de grupos étnicos, especialmente os povos afro-brasileiros e indígenas.

Em relação à educação étnico-racial, a Lei 10.639/03, sancionada em 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio, o que implica a integração transversal desses temas no currículo escolar. Dias (2012) observa que a formação de professores deve incluir uma abordagem contínua da diversidade étnico-racial, permitindo que os educadores integrem esses conteúdos nas práticas pedagógicas de forma eficaz e contextualizada. Gomes (2008), por sua vez, defende que a educação para a diversidade étnico-racial deve ser encarada como um projeto emancipatório, no qual o reconhecimento das culturas afro-brasileiras se torna um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Em consonância, Oliveira e Silva (2017) argumentam que a recepção da Lei 10.639/03 nas escolas depende da formação inicial dos professores, que devem estar preparados para lidar com as questões raciais de maneira crítica, implementando práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade.

Com isso, a transversalidade no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, portanto, implica um trabalho que deve ultrapassar as fronteiras da disciplina de História e Sociologia. Isso significa que os temas relacionados a essas culturas devem estar presentes também nas aulas de Geografia, Filosofia, Língua Portuguesa e outras áreas, de forma a reforçar o entendimento crítico dos estudantes sobre a complexidade das relações sociais e étnico-raciais no Brasil. A integração multidisciplinar proporciona uma compreensão mais profunda e integrada dos conteúdos, ajudando a formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de reconhecer as desigualdades e atuar ativamente em sua superação.

A Lei 10.639/03, sancionada no Brasil em 2003, é um marco importante na luta pela promoção da igualdade racial nas escolas, pois estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio. Essa legislação também implica a incorporação desses temas de maneira transversal no currículo escolar, ou seja, deve ser abordada em diversas disciplinas e não apenas em uma área específica, como História. Essa abordagem visa garantir que os alunos compreendam as contribuições de povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade

brasileira de uma maneira integrada e contextualizada, rompendo com a ideia de que tais conteúdos são apenas complementares ou marginalizados.

A Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), instituídas pelo Ministério da Educação (MEC), complementam e orientam a implementação da Lei 10.639/03. Elas estabelecem que a educação étnico-racial deve ser transversal a todas as disciplinas, e não tratada de forma isolada. As DCNs para a Educação Básica propõem que os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira sejam trabalhados nas diversas áreas do conhecimento, como parte de uma formação cidadã que valorize a diversidade e combata o racismo estrutural presente na sociedade (Porto; Silva; Souza, 2023).

Um dos aspectos da transversalidade no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana implica um trabalho que deve ultrapassar as fronteiras da disciplina de História. Nisto, significa que os temas relacionados a essas culturas devem estar presentes também nas aulas de Sociologia, Geografia, Filosofia, Língua Portuguesa e outras áreas, de forma a reforçar o entendimento crítico dos estudantes sobre a complexidade das relações sociais e étnico-raciais no Brasil.

A Sociologia, por exemplo, pode utilizar-se da transversalidade para explicar o racismo estrutural e as suas implicações nas relações sociais, econômicas e políticas. Já a Geografia pode discutir as territorialidades das populações negras no Brasil e na África, destacando a diáspora africana e suas consequências. Além disso, as Línguas e Literaturas podem ser utilizadas para explorar as contribuições literárias dos escritores afro-brasileiros e as linguagens utilizadas nas comunidades negras.

Essa integração multidisciplinar proporciona uma compreensão mais profunda e integrada dos conteúdos, ajudando a formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de reconhecer as desigualdades e atuar ativamente em sua superação. O ensino transversal também permite que o estudante veja a História não como uma sequência linear de fatos desconectados, mas como um processo dinâmico e contínuo, onde as questões raciais e sociais são parte integrante da construção do conhecimento.

3 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A educação étnico-racial no Brasil tem como um de seus pilares a integração das disciplinas de História e Sociologia, que, quando articuladas, proporcionam uma compreensão aprofundada das relações sociais, culturais e políticas que moldam as desigualdades no país. Partindo da distinção elaborada por Pierre Bourdieu e Roger Chartier (2011) entre o trabalho do sociólogo e o historiador, é possível refletir sobre como esses campos do saber se interligam no combate ao racismo estrutural.

A História, segundo os autores, tem o papel de revelar a construção dos campos sociais e das relações de poder, permitindo que se compreendam as raízes coloniais que geraram e perpetuaram as hierarquias raciais e a escravidão. Por meio do estudo histórico, os estudantes podem analisar como eventos passados

influenciam as dinâmicas contemporâneas, percebendo as origens do racismo institucional e da marginalização de povos africanos e afro-brasileiros. Por outro lado, a Sociologia, ao focar nas estruturas e práticas sociais vigentes, ajuda a entender como essas desigualdades se reproduzem no presente – especialmente no acesso a direitos, educação, saúde e mercado de trabalho. Ambos os campos se preocupam em desnaturalizar o que é tomado como dado pela sociedade: a História desmistifica as narrativas estabelecidas, enquanto a Sociologia desvela as estruturas invisíveis que sustentam as desigualdades.

Essa compreensão das dinâmicas de poder não é meramente acadêmica, todavia constitui ferramenta fundamental para a formação de uma cidadania crítica. Ao estudar a História da África, a escravidão no Brasil, a luta do movimento negro e as contribuições de povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade, os alunos desenvolvem uma visão crítica sobre as injustiças do passado e seu impacto nas desigualdades contemporâneas (Gato, 2024; Bessa; Rocha, 2018). Simultaneamente, a Sociologia oferece subsídios para entender que o racismo não é uma falha individual ou resquício do passado, mas um fenômeno sistêmico e enraizado nas estruturas da sociedade, manifestando-se em discriminação institucional e na herança colonial. Dessa forma, ao problematizar o racismo, as desigualdades sociais e as relações de poder, essas disciplinas não se limitam a formar indivíduos com conhecimento técnico; buscam promover cidadãos engajados e críticos, capazes de identificar práticas discriminatórias e atuar para transformá-las.

Para além da análise crítica, a História e a Sociologia configuram-se como espaços de contestação e resistência simbólica. Conforme Bourdieu e Chartier (2011), a educação não é um campo neutro, mas palco de disputas narrativas. Ao incluir as histórias de resistência do povo negro – dos quilombos às lutas abolicionistas e às movimentações contemporâneas, como o movimento negro e o antirracista – o currículo desafia as visões hegemônicas e eurocêntricas que dominaram o ensino por tanto tempo. A Sociologia, por sua vez, contribui ao estudar criticamente as estruturas que permitem a manutenção do racismo, oferecendo exemplos concretos de luta por igualdade e dignidade. Portanto, ao revelar tanto as opressões quanto as formas de resistência, essas disciplinas se afirmam como instrumentos vivos para a construção de uma educação antirracista e transformadora.

4 DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSVERSALIDADE NAS ESCOLAS

A transversalidade no ensino de História e Sociologia voltada para as relações étnico-raciais é um dos grandes desafios na educação brasileira. Apesar de haver um respaldo legal por meio da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a implementação dessa abordagem ainda enfrenta diversos obstáculos. Os desafios principais estão relacionados à resistência de setores conservadores da sociedade, à escassez de recursos didáticos adequados e – como veremos na seção

seguinte – às lacunas na formação docente. Neste momento, concentramo-nos nos dois primeiros obstáculos.

4.1 RESISTÊNCIA DE SETORES DA SOCIEDADE

Um dos desafios na implementação da transversalidade do ensino de História e Sociologia é a resistência de setores da sociedade, que muitas vezes consideram que a inclusão de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais na educação seja desnecessária ou até divisiva. Em diversos contextos, especialmente em algumas regiões do Brasil, há um desconforto em se discutir o racismo nas escolas, com críticas de que esse tipo de abordagem pode gerar divisões e preconceitos entre os alunos.

Em muitos casos, essa resistência vem de grupos conservadores que ainda veem o racismo como um problema individual ou, até mesmo, como algo superado pela abolição da escravidão (Wink, 2023). Essa visão impede que se reconheça o racismo estrutural que persiste em diversos âmbitos da sociedade, como na educação, no mercado de trabalho, e no acesso aos direitos básicos (Corrêa; Foster; Custódio, 2022). A resistência também pode manifestar-se no interior das próprias escolas, quando gestores ou docentes evitam o tema por receio de conflitos ou por desconhecimento, o que acaba por silenciar o debate sobre o racismo (2024).

Essa resistência também pode ser vista no campo das políticas públicas, onde algumas iniciativas dos movimentos negros são questionadas e até deslegitimadas por parte de setores que consideram que o país já teria superado as desigualdades raciais (Madeira; Gomes, 2018). Nesse contexto, Silva (2024) chama atenção para como as lutas simbólicas, como a luta contra o racismo, são muitas vezes confrontadas por forças que desejam manter o status quo das relações de poder. Segundo a autora, o campo educacional é um dos espaços onde tais lutas acontecem, e onde as resistências tendem a se articular contra qualquer mudança que implique um desafio às hierarquias sociais estabelecidas.

4.2 ESCASSEZ DE RECURSOS DIDÁTICOS ADEQUADOS

A escassez de recursos didáticos adequados é um problema central para a implementação eficaz do ensino de História e Sociologia voltado para as relações étnico-raciais. Embora o Brasil tenha avançado na criação de legislação e diretrizes curriculares, a disponibilidade de materiais pedagógicos que abordem essas questões de forma aprofundada e crítica é ainda muito limitada. A maior parte dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas e privadas no Brasil não trata com a profundidade necessária os temas de História da África, Cultura Afro-brasileira e movimentos de resistência negra. Não só isso, como a falta de materiais atualizados e adaptados às diferentes realidades das escolas brasileiras impede que esses conteúdos sejam discutidos de forma ampla e contextualizada.

Muitos dos recursos didáticos disponíveis nas escolas abordam as questões étnico-raciais de forma superficial, frequentemente tratando a história da escravidão como uma narrativa desconectada, e não como parte de um processo contínuo de opressão e resistência. A abordagem simplificada do conteúdo compromete a eficácia do ensino, tornando-o muitas vezes ineficaz no combate ao racismo (Mota, 2021).

Coelho e Coelho (2021) também argumentam que, para uma implementação eficaz do ensino de sobre relações étnico-raciais, é fundamental que o currículo seja complementado com materiais diversificados que possam proporcionar uma análise crítica sobre a sociedade brasileira e suas desigualdades. A criação de livros didáticos que tratem do racismo (que é estrutural da nossa sociedade), das contribuições afro-brasileiras e da história da África de forma contextualizada é um passo necessário para combater essas deficiências.

Superar esses dois obstáculos – resistência social e carência de materiais – é condição necessária, mas não suficiente. A formação docente, como se verá a seguir, constitui o pilar central para que a transversalidade se efetive de maneira crítica e significativa.

5 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Bem, chegamos à formação de professores, sendo um elemento essencial para a implementação eficaz do ensino transversal, especialmente quando se trata de questões étnico-raciais. A capacitação docente – ainda que haja uma sobrecarga exagerada no eixo professor – garante, minimamente, que o ensino de História, Sociologia e outras disciplinas que abordam relações étnico-raciais seja realizado de maneira adequada, crítica e eficaz. Para que a transversalidade, com o foco nas relações raciais, seja concretizada, os professores devem estar preparados – na medida do possível – tanto com conhecimentos teóricos quanto com ferramentas pedagógicas específicas para enfrentar as complexidades e desafios do tema.

5.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO PRIORIDADE

A formação contínua dos docentes é uma necessidade fundamental para o sucesso do ensino de relações étnico-raciais, pois permite que os educadores atualizem seus conhecimentos, reflitam sobre sua prática pedagógica e incorporem novas abordagens. Freire (1996), por exemplo, defende que a educação deve ser um processo dinâmico, onde o educador é também um sujeito do aprendizado, premissa que se aplica diretamente à preparação para temas sensíveis como a questão racial.

Contudo, a realidade concreta revela lacunas significativas: muitos professores ainda não dispõem das ferramentas pedagógicas necessárias para abordar temas como o racismo estrutural, a história da escravidão e as contribuições das culturas afro-brasileira e africana. Embora a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais prevejam a inclusão desses conteúdos, a formação pedagógica nos cursos de graduação e nas redes de ensino frequentemente os trata de forma superficial, quando os aborda. Nesse

sentido, a falta de capacitação e o despreparo dos docentes têm sido apontados como obstáculos centrais para uma educação eficaz sobre as questões raciais (Silva; Almeida; Lima, 2025). Como destaca Freire (1996, s/p), a educação é um ato de intervenção no mundo – e essa intervenção, para ser transformadora, exige que o educador esteja instrumentalizado para romper com práticas que, mesmo involuntariamente, reproduzem desigualdades.

5.2 O PROFESSOR COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Para Souza (2012), a formação de professores deve ser encarada como um processo de transformação social. Ao prepararem-se para discutir e abordar temas étnico-raciais, os educadores não apenas cumprem uma função educacional, assim como se tornam agentes ativos na promoção de mudanças sociais. A autora defende a ideia de que os professores devem ser formados – desde a formação inicial – para reconhecer a diversidade cultural e racial, desafiando as desigualdades e o racismo institucionalizado.

Não à toa, o conceito de educação para a liberdade, presente em Freire (1999), também se aplica à formação dos docentes, que devem se capacitar não apenas para ensinar, mas para libertar os alunos das opressões que marcam a sociedade, como o racismo e outras práticas discriminatórias. Cavalcante (2024), mais recentemente, evoca a ideia de que a formação de professores e de toda comunidade escolar é inegociável na desconstrução dos estigmas e preconceitos, à medida que a educação tem o poder de transformar a sociedade ao promover a igualdade de oportunidades e a compreensão das desigualdades sociais.

5.3 DESAFIOS E OBSTÁCULOS À FORMAÇÃO EFETIVA

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a educação étnico-racial têm um papel fundamental ao determinarem que o ensino dessas relações seja transversal, mas a efetiva implementação depende da qualidade da formação oferecida aos professores e à comunidade escolar. A formação adequada deve garantir que os docentes não apenas conheçam as orientações curriculares, assim como, também, saibam aplicá-las e mediá-las no contexto da sala de aula, desenvolvendo atividades que promovam diálogo, reflexão e compreensão crítica. A esse respeito, Gomes (2012; 2017) afirma que as políticas educacionais de inclusão racial, embora avançadas, demandam mais do que um currículo escolar colonizado; trata-se fundamentalmente de uma "luta contra hegemônica no campo educacional" que está no cerne do processo de emancipação social da educação.

Contudo, a implementação dessa formação esbarra em obstáculos concretos. A escassez de recursos e a falta de políticas públicas adequadas voltadas para a formação continuada são desafios importantes, pois a infraestrutura educacional robusta — com programas de capacitação, acesso a materiais didáticos e apoio institucional — é frequentemente insuficiente (Nascimento; Oliveira, 2023). Além disso, a resistência à

formação sobre temas étnico-raciais também se manifesta quando setores conservadores percebem a educação sobre racismo como uma agenda ideológica ou divisiva (Miranda, 2020).

Nesse contexto, os professores que se dedicam a se especializar na área o fazem não apenas para aprimorar práticas, mas como processo de autodescoberta e formação pessoal. Como destacou a professora Cristiane em uma de suas falas: "é preciso munição" para desafiar o senso comum sobre as relações raciais (Pérez, 2020). Os relatos obtidos evidenciam os múltiplos entraves à implementação da Lei 10.639/03 — racismo epistêmico, infraestrutura inadequada (que dificulta o uso de recursos audiovisuais), escassez de materiais didáticos, falta de habilidade da gestão pedagógica para propor revisões curriculares e oferta limitada de formação. Consequentemente, os professores relatam não se sentirem devidamente preparados para ensinar sobre a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena, nem para promover a educação étnico-racial. A formação, portanto, configura-se como o principal obstáculo à efetivação da Lei, mas também como a principal solução, uma vez que são os docentes os responsáveis por mediar o processo de ensino-aprendizagem (Pérez, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reafirma que a transversalidade no currículo constitui uma estratégia indispensável para a educação antirracista, ao permitir que as relações étnico-raciais sejam tratadas de forma contínua e interdisciplinar, para além dos muros da disciplina de História.

Contudo, a efetivação dessa abordagem não se resolve apenas com marcos legais como a Lei 10.639/03. A resistência de setores conservadores, a carência de materiais didáticos adequados e, sobretudo, a precariedade da formação docente emergem como barreiras concretas que exigem ações articuladas no âmbito das políticas públicas e das instituições de ensino.

Um aspecto frequentemente negligenciado nesse debate é a sobrecarga de trabalho dos professores da educação básica, que, imersos em extensas jornadas em sala de aula, atividades burocráticas e gestão de turmas, dispõem de reduzido ou nenhum tempo para atividades de pesquisa, atualização teórica e extensão. Essa falta de tempo inviabiliza o aprofundamento necessário em temas complexos como o racismo estrutural, a história da África e as culturas afro-brasileiras, relegando a formação continuada a um plano secundário ou, quando oferecida, a momentos pontuais e descontextualizados. Sem condições materiais e temporais para estudar, refletir e trocar experiências, o professor torna-se refém de um saber prático que, muitas vezes, reproduz visões simplificadas ou estereotipadas, comprometendo a qualidade da educação étnico-racial.

Nesse cenário, a formação continuada de professores — compreendida não como treinamento técnico, mas como processo de reflexão crítica e autotransformação — revela-se o elemento central para superar tais obstáculos. Contudo, para que essa formação seja efetiva, é imprescindível (ou melhor, faz-se

necessário) que as redes de ensino e as universidades criem condições reais – como redução de carga horária, incentivo à pesquisa-ação e parcerias com instituições de extensão – que permitam aos docentes dedicar-se ao estudo e à prática antirracista com a profundidade que o tema exige. Investir nessa formação, com infraestrutura e apoio institucional, é condição necessária para que os educadores se tornem agentes efetivos de uma educação que não apenas reconheça a diversidade, mas que ativamente combata o racismo estrutural e promova a justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSA, Carine dos Santos; ROCHA, Alexandre dos Santos. Africanidades no Brasil: história e contribuição do povo negro para a formação cultural do nosso país. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, SP, v. 4, n. 2, p. 33–44, 2018. DOI: 10.33027/2447-780X.2018.v4.n2.04.p33. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8657>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.
- BRASIL**. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 18 jul. 2025.
- CAVALCANTE, Kellison Lima. A escola e a desconstrução do racismo: a necessidade de uma educação antirracista. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 9, n. 6, p. e249644, 2024. DOI: 10.52641/cadcajv9i6.740. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/740>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- COELHO, M. C.; COELHO, W. de N. B. Educação para as relações étnico-raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores. **Educação em Revista**, [s.l.], v. 37, e77098, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77098>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- CORRÊA, Antônio Eugênio Furtado; FOSTER, Eugênia da Luz Silva; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. RELAÇÕES QUE PROMOVEM E REPRODUZEM A DESIGUALDADE E O RACISMO NO BRASIL. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 2, p. 738–757, 13 Jan 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/18475>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- COSTA NETO, A. G. da. Racism and Anti-racism: multiculturalism and transversality in Latin American Education. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 11, p. e243101119662, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19662. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19662>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 17, n. 51, p. 661–674, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300010>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, A. L. S. de; FORSTER, M. M. dos S. Paulo Freire na formação de educadores: contribuições para o desenvolvimento de práticas crítico-reflexivas. **Educação em Revista**, [s.l.], n. 61, p. 55–70, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47206>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GATO, M. Sociologia histórica e interpretação do racismo no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 87–122, maio 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.223183>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 2, n. 2/3, 2012. DOI: 10.22420/rde.v2i2/3.127. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/127>. Acesso em: 18 jul. 2025.

LIU, H. Teaching race in business schools: the challenges and possibilities of anti-racist education. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v. 193, p. 749–764, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-024-05722-y>. Acesso em: 18 jul. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. de O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 133, p. 463–479, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MIRANDA, V. R. E. Formação de Professores para o Trabalho com a Educação das Relações Étnico-Raciais / Teacher training to work with education of ethnic-racial relations. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 31576–31600, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n5-566. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10740>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MOTA, Thiago Henrique (Org.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

NASCIMENTO, Rosana Paula da Silva; OLIVEIRA, Ozerina Victor de. Transformando a abordagem do racismo na Escola Benedito Pereira Leite: uma pesquisa inspirada pela experiência no mestrado. In: PESSOA, Jacimara Oliveira da Silva (org.). **Educação e o ensino contemporâneo**: práticas, discussões e relatos de experiências [recurso eletrônico]. Ponta Grossa: Aya, 2023.

OLIVEIRA, Míria Gomes de; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Educação Étnico-Racial e Formação Inicial de Professores: a recepção da Lei 10.639/03. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 183-196, mar. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432017000100183&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jul. 2025.

PÉREZ, Caroline da Matta Cunha. **Educação das relações étnico-raciais e a formação de professores: buscas e inquietações**. 2020. Tese (Pós-graduação lato sensu) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Orientadora: Vera Maria Ferrão Candau. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.49963>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PORTO, Liana Barcelos; SILVA, José Rodolfo Lopes da; SOUSA, Nilcelio Sacramento de. A implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas brasileiras: desafios e perspectivas para a promoção de uma educação antirracista. **Revista Educação e Emancipação**, v. 16, n. 3, p. 768–793, 20 Nov 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/21537>. Acesso em: 18 jul 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, A. T. R. D.; ALMEIDA, B. R. D. P. D.; LIMA, L. J. R. D. S. Avanços e desafios na implementação da educação antirracista no Brasil. **Educação em Revista**, [s.l.], v. 41, e48326, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469848326>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SILVA, Simone Souza Cunha da. O poder simbólico da língua e a luta antirracista. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 28, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/43720>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SOUZA, Maria Elena Viana. Relações raciais e educação: desafios e possibilidades para a formação continuada do professor. **Revista de Educação Pública**, v. 21, n. 46, p. 289-301, 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/409>. Acesso em: 21 jul. 2025.

WINK, G. Angels at the Top, Rocks at the Bottom: Naturalized Inequality in Brazilian Conservative Thought. **Social Sciences**, [s.l.], v. 12, n. 12, p. 692, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci12120692>. Acesso em: 18 jul. 2025.